

A DESIGUALDADE SOCIAL NO CAMPO: A ESCOLA DO CAMPO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

SOUZA, Fabrício Paula de;
ANTIQUERA, Liliane Silva de.

PEREIRA, Elaine Corrêa;
elaine Correa@furg.br

Palavras-chave: Desigualdade Social; Educação do Campo; Escolas do Campo.

1. Contexto do relato

As desigualdades socioespaciais são diferenciações da e na formação socioespacial, que garantem a espaços sociais, distintos níveis de acesso e participação social, observados, por exemplo, no acesso a bens de uso e consumo comuns principalmente à cidade, como serviços de saúde, segurança, transporte, . Já a segregação socioespacial se expressa pela ausência de acessibilidade igualitária de grupos distintos aos espaços mais prestigiados, e evidencia as desigualdades socioespaciais no cotidiano (SERPA, 2013).

No espaço rural, a desigualdade se expressa principalmente pela lógica capitalista que observa no campo o local do atraso, da ausência de urbanidade, da vida arcaica, repercutindo práticas de segregação socioespaciais e exclusão social. Assim, a cidade é objeto de melhorias, incentivos, empreendimentos, por nela conter a comercialização, o lucro, a cultura; na cidade estão as escolas, os postos de trabalho, os serviços de saúde, as praças, os shoppings, os teatros, etc. (SANTOS E SILVEIRA, 2001; LEFÉBVRE, 2011)

A educação do campo, assim, se coloca como postura contra-hegemônica e espaço de resistência, na luta pela permanência dos sujeitos e sujeitas no campo, com condições dignas de existência, através da valorização das comunidades e saberes tradicionais, como no acesso ao trabalho, renda, cultura, e participação social.

A intencionalidade de um projeto de formação de sujeitos que percebam criticamente as escolhas e premissas socialmente aceitas, e que sejam capazes de formular alternativas de um projeto político,

atribui à escola do campo uma importante contribuição no processo mais amplo de transformação social. Ela se coloca o desafio de conceber e desenvolver uma formação contra-hegemônica, ou seja, de formular e executar um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora. (MOLINA; SÁ, 2012, p. 327)

Pensando nisso, o objetivo geral deste relato é discutir acerca das realidades de desigualdade e segregação no meio rural do município do Rio Grande, e assim, no intuito de dar visibilidades a esses espaços, entender como tais realidades reverberam na escola, através de trabalho de campo em algumas destas localidades.

2. Detalhamento das atividades

O relato busca trazer detalhes do trabalho de campo que ocorreu em duas escolas municipais de Ensino Fundamental, tipificadas como Escolas do Campo, pela Secretaria de Município da Educação: EMEF Antônio Carlos Lopes, no bairro Sítio Santa Cruz e EMEF Bento Gonçalves, Vila da Quinta. O trabalho de campo ocorreu no dia 14 de julho de 2022, no turno da manhã, em colaboração com pesquisadores do grupo de pesquisa Formação de Professores e Práticas Educativas (FORPPE) da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, sendo previamente agendado.

3. Análise e discussão do relato

Durante o trabalho de campo, desenvolvemos uma conversa informal com as equipes gestoras das duas escolas, utilizando as questões norteadoras: em que contexto socioespacial a escola está inserida? Como se identifica enquanto escola do campo?

A primeira visita ocorreu na EMEF Bento Gonçalves. Essa escola possui características de uma escola urbana, com um entorno tipicamente urbano. De acordo com a direção e a coordenação pedagógica, não há uma identificação direta com a identidade de escola do campo devido a estas características, porém, há um interesse da equipe na aproximação da prática docente com a comunidade escolar, que confere a ela um entendimento de escola do campo. De acordo com a equipe

gestora, a composição do público da escola caracteriza-se pela presença de famílias no mercado de trabalho informal, sem presença expressiva de agricultores e pescadores, porém, com realidade financeira de vulnerabilidade social, e famílias residentes do campo, colocando a escola como local de amparo aos estudantes, principalmente na alimentação escolar, agravada pela crise econômica no país. A realidade do desemprego progressivo é muito presente na comunidade escolar, assim, a escola passa a ser um espaço de apoio das famílias. Neste sentido, os profissionais acabam sobrecarregados de demandas sociais, como o combate à marginalização de ex-alunos.

A segunda escola visitada foi a EMEF Antônio Carlos Lopes. Ao chegar no local, já se observou aspectos rurais no entorno. De acordo com as gestoras, há uma identificação da escola enquanto escola do campo. Além disso, essa escola é a expressão do Estado na comunidade, tendo em vista que não há outra instituição pública no bairro, como postos de saúde e posto policial, assim, muitas demandas do entorno são levadas até a escola em busca de soluções. Para as gestoras essa relação é possível através da identidade de Escola do Campo, onde há um envolvimento mais arranjado da comunidade escolar; professores e gestores passam a conhecer praticamente a todos, e tratam do público não como apenas os alunos, mas situam suas falas a partir das famílias atendidas pela instituição. Essa identificação dialoga com a relevância da escola do campo para a comunidade em que está inserida, como espaço de resistência (MOLINA; SÁ, 2012).

Há grande presença da agricultura familiar e da pecuária no Sítio Santa Cruz, algo que é levado em consideração pela gestão e corpo docente da escola. Essa relação inicia-se pelos alunos, entendendo os limites da sala de aula, com a presença dos estudantes no contra-turno, participando e querendo permanecer na escola por tempo integral, por apreciarem o ambiente e os projetos em desenvolvimento, como o Arte-terapia. E assim como na EMEF Bento Gonçalves, na EMEF Antônio Carlos Lopes também há uma demanda social recorrente, sobretudo na alimentação escolar. Por isso, os docentes também carregam abordagens mais humanizadas do fazer, porém, associada a escuta e acolhimento dessas famílias.

4. Considerações finais

Com base nas falas dos dirigentes, em ambas as escolas, há um recente e progressivo processo de empobrecimento da comunidade, que historicamente já são de baixo poder aquisitivo. As visitas evidenciaram casos de estudantes em situação de insegurança alimentar, famílias muito carentes e um processo de marginalização de ex-alunos. A crise recente gerou um agravante de vulnerabilidade social nos bairros, onde os funcionários relatam o aumento de demandas por alimentação escolar entre os estudantes, que praticamente duplicou, após a pandemia.

A experiência em duas escolas situadas em bairros em estágios de urbanização distintos evidencia a importância de uma educação do campo socialmente referenciada e promotora de transformação social, entendendo o campo como realidade possível. Em ambas escolas ainda resta o desafio de aproximar as práticas de ensino em sala de aula à educação do campo, situando as práticas educativas ao contexto em que as escolas estão inseridas, como forma de valorizar as culturas e realidades da comunidade escolar, contrapondo-se a metanarrativa da cidade e do urbano como futuro desejado e única opção de vida digna possível.

5. Agradecimentos:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio e fomento à pesquisa.

6 REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, H. 2011. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do campo. **Dicionário da educação do campo**, v. 2, p. 324-331, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2001.

SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: DE ALMEIDA VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Editora Contexto, 2013. p. 169-188.